

A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS NO BRASIL

LUZ, Ivoir da¹

VIDEIRA, Sandra Lúcia²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir o processo de privatização que, nas últimas décadas, contribuiu para o desaparecimento de vários bancos públicos estaduais e federais, os quais desempenham importante papel na economia. O processo de privatização traz problemas graves para o desenvolvimento da economia regional e nacional, que vão desde a diminuição do número de instituições financeiras até o desemprego no setor, além da escassez de crédito em algumas áreas, como a agricultura, investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento socioeconômico. Os bancos estaduais, bem como os federais públicos, desempenham papel importante para o Estado, atuando como financiadores recolhedores e reguladores do fluxo de capital. Com a privatização, os serviços públicos oferecidos pelo Estado, importantíssimos para o desenvolvimento, agora passam para as mãos dos bancos privados nacionais e estrangeiros.

Palavras-chave: setor financeiro; bancos públicos; privatização.

Introdução

Este estudo tem por foco trazer uma discussão sobre o processo de privatização que nas últimas décadas veio remodelando o cenário financeiro, em especial o setor bancário público os quais passam para as mãos de grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros.

O processo de privatização no setor bancário se deu no Brasil principalmente entre os anos de 1995 a 2002 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC. As políticas adotadas durante esse governo tinham como objetivo, reduzir a

¹ Pós-Graduado do Curso de Especialização (Pós-Graduação *lato sensu*) em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Regional junto a UNICENTRO – Guarapuava-PR- Brasil.

² Professora Doutora junto ao Departamento de Geografia da UNICENTRO – Guarapuava-PR – Brasil.

presença do Estado no setor financeiro, através do processo de privatização das empresas estaduais, principalmente dos bancos públicos. A privatização além ser usada para eliminar as instituições financeiras com problemas, serviu para atrair a entrada do capital estrangeiro no Brasil. Como consequência dessa política, a privatização implicou em alguns problemas para a economia nacional que vão desde a diminuição do número de instituições financeiras públicas, passando pela redução no número de emprego no setor, escassez de crédito em algumas áreas importantes da economia como financiamento da agricultura, de infra-estrutura e desenvolvimento socioeconômico, chegando à reorganização espacial das agências no território, sem deixar de mencionar a perda do patrimônio público.

Grande parte das privatizações ocorridas em bancos públicos no Brasil foi consequência tanto da política neoliberal, cujo propósito é reduzir a presença do estado no mercado, como também da má administração pública que desestruturou muitas instituições ao favorecer segmentos da sociedade. Nesse sentido, a privatização envolveu tanto instituições em boas condições financeiras, como àquelas que apresentavam déficits em seus balanços.

Além da política neoliberal e da má administração pública que influenciou no processo de privatização, o sistema financeiro enfrentou pressões internas dos próprios bancos nacionais que, na tentativa de não deixar bancos estrangeiros crescerem no Brasil, influenciaram às privatizações. Bancos nacionais como o Bradesco e o Itaú tornaram-se gigantescos conglomerados financeiros ao adquirir um número considerável de bancos, dentre eles vários estatais. Hoje, grande parte dos serviços públicos do segmento bancário, após a privatização, ficaram a cargo de dois grandes federais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil e de outras instituições estatais transformadas em agências de fomento, grande parte delas na região norte do país, como a Agência de Fomento de Amapá e a Agência de Fomento Amazonas.

Diante disso, esse estudo propõe fazer uma leitura do processo de privatização dos bancos públicos no Brasil a partir da década de 1990. Para atingir esse objetivo, procuramos responder a seguinte questão: Em que contexto ocorre este processo e quais suas implicações sócio-econômicas-territoriais. Para isso faremos um breve resgate da construção dos bancos públicos; das políticas externas que influenciaram no processo de privatização; bem como dos problemas enfrentados pelos bancos públicos que culminaram no processo de privatização; e as implicações que trouxeram para o país.

A construção do sistema financeiro estadual

Os bancos públicos criados para atender o interesse do Estado começaram a surgir no Sistema Financeiro Nacional no início do século XX, com exceção do Banco do Brasil, fundado em 1808 e da Caixa Econômica Federal, fundada em 1861.

Os primeiros estados a criarem bancos públicos estaduais foram: São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, a partir da necessidade de financiar o setor agrícola. Antes, os financiamentos nestes estados eram feitos por bancos privados como o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, fundado em 1909, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, fundado em 1911 e, o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, fundado em 1911 (COSTA NETO, 2004). Mais tarde essas instituições passaram para o controle do Estado e originaram os bancos: Banespa de São Paulo, o Credireal de Minas Gerais e o Banco do Espírito Santo.

Um dos fatores que contribuiu para a criação desses bancos públicos estaduais estava no fato de que havia uma falta de interesse dos empresários privados em explorar determinadas atividades, sobretudo àquelas ligadas à construção de infra-estrutura industrial e de serviços. Outro fato, era a forte escassez de oferta de crédito de longo prazo por parte do sistema financeiro privado. “Os bancos estaduais deveriam atuar seletivamente privilegiando o financiamento local e, portanto seriam propulsores do seu desenvolvimento” (SALVINO JUNIOR, 2004, p.17). De acordo com o autor, a constituição de bancos públicos era umas das poucas formas disponíveis aos estados para dinamizar suas economias.

Assim, a partir da década de 1920 alguns dos estados mais importantes da Federação como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, passaram a dispor de pelo menos um banco público estadual, visando também o financiamento da produção agrícola e de serviços públicos. Os bancos estatais passaram a desempenhar outras funções importantes para o desenvolvimento do Estado, como a canalização de um fundo de poupança e financiamento de projetos na área sócio-econômica (COSTA NETO, 2004). Aos poucos, uma pequena rede de agências foi sendo formada de acordo com o desenvolvimento econômico dos estados e, também, a partir da incorporação de bancos menores privados de atuação local.

Outros bancos públicos foram sendo criados ao longo das décadas de 1940 a 1970 de acordo com o interesse de cada Estado. Apenas dois estados não constituíram bancos estaduais, Mato Grosso do Sul e Tocantins, esses, por sua vez, foram atendidos

por outros bancos estaduais e federais³.

As regiões Sul e Sudeste foram as regiões que mais disseminaram agências estaduais. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul possuíam na década de 1980 mais de 200 agências públicas, grande parte delas concentradas nas principais cidades (CORRÊA, 1989). Estes Estados, por sua vez, tinham também os mais poderosos bancos estatais do Brasil como o Banespa, Banerj, Bemge, Banestado e Banrisul, os quais foram extintos⁴ (com exceção deste último) durante a metade da década de 1990.

Os reflexos da crise econômica da década de 1980 atrelada a outros elementos internos e externos, colocaram muitos bancos públicos em situação orçamentária comprometedora, a qual levou muitos deles ao desaparecimento do sistema financeiro pelos processos de liquidação e privatização. No caso dos maiores bancos estaduais muitos foram privatizados e passaram para a iniciativa privada, os menores foram extintos e alguns transformados em agência de fomento estadual (BIONDI, 2000).

Diante desse cenário, que veio se constituindo ao longo de décadas, é que pretendemos entender como se deu o processo de privatização dos bancos públicos e, sua quase extinção do mercado bancário nacional. Antes de apresentarmos os bancos privatizados, será feito um resgate das políticas externas que influenciaram na privatização e os principais problemas que desestruturaram as instituições, culminando como justificativa para suas privatizações.

Privatização: um projeto da política neoliberal

Conforme Boito Junior (1999), o neoliberalismo teve início nos anos de 1979 na Inglaterra no governo de Margareth Thatcher e, em 1980 no governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, disseminando posteriormente por países da Europa. Na América Latina, houve uma experiência pioneira no governo do general Pinochet, no Chile, mas, na chegada da década de 1990, o ideário neoliberal se disseminou no restante dessa região. Na verdade o neoliberalismo é um disfarce do velho liberalismo para enfrentar os problemas econômicos do mundo capitalista.

Essa política do neoliberalismo tem por objetivos o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado (redefinição do seu papel com menor intervenção na economia), a

³Estes Estados foram criados em 1979 e 1988, respectivamente.

⁴No sentido de deixarem de ser público, visto que a maioria foi privatizado.

privatização, a abertura comercial, o fim das restrições ao capital externo, a abertura financeira, a desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia), a reestruturação do sistema previdenciário, a diminuição dos investimentos em infra-estrutura básica, a fiscalização dos gastos públicos, redução salarial, desregulamentação, restrições à expansão do crédito e elevação das taxas de juro (GONÇALVES, 1999) e (SILVA, 1994). Desde então, o Estado deixou de investir em algumas áreas como forma de cortar gastos, deixando a cargo da iniciativa privada explorar como quisessem. Além disso, os Estados passaram a privatizar inúmeras atividades econômicas antes controladas por eles.

No Brasil, a adoção da política neoliberal iniciou no governo Sarney (1985-1990), continuando com o governo Collor (1990-1992) e intensificando-se com o governo FHC (1995-2002), em meio a uma problemática crise econômica que vinha se arrastando desde o final da década de 1970 e início de 1980. Uma dessas crises era o processo inflacionário que vinha corroendo tanto a sociedade como as instituições públicas e privadas. Diante de uma inflação galopante e crescente, os governos, na tentativa de estimular a economia, implantaram diversos planos econômicos para garantir a estabilidade econômica; encontrando na abertura econômica e na privatização das empresas uma forma de atrair investimentos.

O argumento para a privatização conforme Gonçalves (1999) é que o afastamento do Estado da atividade econômica e de serviços públicos abriria espaços para a atuação dos grupos privados, ao mesmo tempo em que, os Estados teriam receitas extras com a venda de empresas estatais permitindo saldar ou abater suas dívidas e investir em áreas que julgassem prioritárias.

Com as portas abertas, as empresas estrangeiras tinham sinal verde para adquirir algumas empresas, seja por participação majoritária ou controle total. O grande filão foi sem dúvida os bancos públicos estaduais que começaram a passar pelos processos de privatizações (VIDEIRA, 2006). Certos ramos da atividade econômica, como siderurgia e petroquímica, não despertaram muito interesse para o capital estrangeiro e sim as empresas de energia, telecomunicações e bancos.

Até a década de 1990, as privatizações mantinham-se limitadas ao setor industrial e de alguns serviços. Foi durante a gestão de FHC, mais precisamente entre 1995 e 2002, que o processo se intensificou para ao setor financeiro, em especial para os bancos públicos.

Bancos estaduais: uma apresentação geral dos problemas

Desde que foram criados, os bancos estaduais sempre atenderam aos interesses de seus respectivos Estados. E, sempre contaram com algumas vantagens que os bancos privados não tinham, a proteção do próprio Estado. No caso dos bancos privados os riscos eram limitados pelo próprio mercado financeiro, por isso eles sempre foram burocráticos e cautelosos na concessão de crédito aos seus clientes. Enquanto nos bancos públicos, se houvesse insolvência, o estado mobilizava seus consideráveis meios para pagar os depositantes e demais credores. Esse fato por si só, fazia com que os bancos públicos corressem riscos maiores do que os privados (SALVINO JUNIOR, 2004).

Outro fato que ocorria nos bancos públicos é que estes são instituições de decisões limitadas. Ou seja, toda empresa pública fica sujeita à regras do próprio órgão que as controlam expondo-as à práticas administrativas inadequadas e descontínuas, tendo em vista que, os dirigentes desses bancos estaduais eram escolhidos pelos governadores a cada novo mandato. Essas práticas, muitas vezes, representavam sérias ameaças ao funcionamento das instituições.

Outra dessas práticas inadequadas das quais tratam Salvino Junior (2004) eram os empréstimos ao controlador, ou seja, os empréstimos que os bancos realizavam para os seus respectivos estados. Essa prática era vetada aos bancos públicos estaduais desde 1964 devido a Lei 4.595, mas a restrição imposta por essa lei foi ao longo dos anos moldada pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 13/11/75 o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº 346, a qual permitia aos bancos estaduais realizarem empréstimos aos seus Estados controladores, desde que as operações fossem acompanhadas pelo Banco Central. Com a permissão cedida, alguns bancos passaram a fazer empréstimos tanto para o Estado como para empresas, muitas vezes de forma irregular.

Havia também várias formas de burlar a regra, com operações triangulares, também ilegais, mas muito mais difíceis de controlar, envolvendo fornecedores do Estado ou agências estrangeiras dos bancos estaduais. Outra forma: o banco concedia aval ao estado ou a suas empresas para contratação de empréstimos, inclusive no exterior. Quando do vencimento dos empréstimos, o estado não quitava a dívida, e o banco era obrigado a fazê-lo, tornando-se, dessa forma credor do estado. Outra forma era a chamada “troca de chumbo”, em que o banco de um estado emprestava para o governo de outro estado ou prefeitura (SALVINO JUNIOR, 2004, p.32).

Sem contar que muitos dos empréstimos praticados pelos bancos estaduais eram fornecidos à empresas muitas vezes duvidosas,

[...] com restrições cadastrais ou ainda com garantias insuficientes; a alta concentração de riscos; a contínua liberação de recursos às empresas com nítidos sinais de incapacidade financeira de pagamento, inclusive à empresas com passivos a descoberta; a concessão de novos créditos que serviam apenas para liquidar operações já vencidas. Às vezes, os empréstimos eram deferidos sem necessário parecer conclusivo da agência detentora da conta-corrente das mutuiárias ou até com parecer desfavorável (SALVINO JUNIOR, 2004, p.36).

Os empréstimos realizados pelos estados com seus respectivos bancos, ao longo dos anos, fizeram com que muitos bancos tornassem credores. Isso se tornou um problema a partir da década de 1980, devido muitos estados começarem a ter dificuldades para pagar as dívidas junto aos seus bancos. Um dos fatores estava no fato dos empréstimos tomados pelos estados serem maiores do que a capacidade de pagamento, isso fazia com que as dívidas com os bancos fossem se acumulando.

O endividamento dos estados com seus bancos na década de 1980 se agravaram ainda mais, após pressão do FMI junto ao Governo Federal para o controle do endividamento do setor público. Com isso, muitos estados tiveram que se ajustar ao controle fiscal dos gastos, tendo suas fontes de financiamentos tanto internas como externas limitadas. O resultado foi o corte de despesas e o atraso de pagamento dos empréstimos feitos.

Mesmo havendo uma rápida recuperação dos estados a partir de 1985, o problema da dívida financeira dos bancos não foi resolvido, mas apenas administrado para que não continuasse crescer em ritmo acelerado. Nesse contexto, a fragilidade dos bancos, que se seguiu na década seguinte, fez com que o governo tomasse uma série de medidas na tentativa de recuperar as instituições estaduais.

A primeira tentativa foi o auxílio aos bancos estaduais, representado pelo Programa de Apoio Creditício (PAC). Esse programa compreendia a renegociação das dívidas dos bancos estaduais junto ao Banco Central, com prazos de quatro anos, mais dois anos de carência. Conforme Salvino Junior (2004) esse programa não apresentou muito êxito devido aos recursos limitados, apenas sete estados tiveram apoio a esse programa, Alagoas, Ceará, Amazonas, Santa Catarina, Goiás, Rio de Janeiro e Pará.

Diante disso, o governo federal se viu obrigado a lançar o Programa de Recuperação Econômico-Financeiro (PROERF), que consistia em uma nova linha de crédito. Era um programa muito parecido com o primeiro, a diferença estava nas taxas e

nos anos de carência das dívidas. O programa atendeu quinze instituições estaduais. Conforme Vasconcelo & Ogasavara (1992, apud Salvino Junior, 2004) os bancos atendidos foram os dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Mato Grosso.

Mesmo adotando essas medidas os bancos estaduais continuavam enfrentando dificuldades financeiras fazendo com que em 1987 o governo federal adotasse uma medida mais radical. Por meio do Decreto-Lei 2.321 conhecido como Regime de Administração Especial Temporário (RAET), o governo passou a assumir as instituições financeiras com problemas. O RAET foi aplicado no Banerj, Besc, Bec, Bemat, Bem, Credireal, Baneb e Banpará. O Regime de Administração Especial Temporária permitiu, segundo Salvino Junior (2004), a implantação de medidas de ajuste, como o fechamento de agências deficitárias, profissionalização administrativa, demissões de funcionários e vendas de ativos financeiros. Esses ajustes fizeram com que as instituições alcançassem melhorias contábeis, mas segundo o autor isso não resolveu os problemas dos bancos estaduais.

Na década de 1990, após inúmeros programas de salvaguarda sem resultados, o governo federal criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Esse programa incentivava a incorporação de instituições com problemas financeiros por outras instituições sólidas, na tentativa de garantir a solidez do sistema financeiro (SALVINO JUNIOR, 2004). Após o Proer, houve um grande número de fusões e liquidação de bancos, de tal forma que das 241 instituições que existiam em 1993, reduziu-se para 201 no final de 1998.

Em 1996, paralelamente a esse programa, o governo federal começou a arquitetar a privatização dos bancos públicos que, por meio da Medida Provisória 1.514 criou o Programa de Incentivo a Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária – Proes.

A proposta fundamental do Proes era, após tantos programas de ajustamentos frustrados, reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais no sistema financeiro. Uma característica importante do programa é o fato de a adesão do Estado ser voluntária, diferentemente da solução de liquidação. Por um lado, isso dá ao estado a possibilidade de participar ou não do programa, e escolher a modalidade de participação, e por outro lado, faz com que ele partilhe o ônus político dessa decisão (SALVINO JUNIOR, 2004, p.81).

A proposta do Proes baseava-se nas seguintes alternativas para os bancos públicos

com problemas de solvência: extinção, privatização, transformação em instituição não financeira (agência de fomento), aquisição do controle pelo governo federal, que deverá privatizar ou extinguir a instituição e, saneamento. Mesmo diante a proposta do Proes, muitos estados ainda poderiam recorrer ao programa, refinanciando as dívidas de seu banco junto ao governo federal, desde que os estados bancassem parte das dívidas de seu banco, o que não ocorreu com a maioria dos estados. Após a implantação do Proes, vários bancos estaduais começaram a desaparecer do Sistema Financeiro Nacional através das privatizações que tinham a participação tanto de grupos nacionais como de estrangeiros.

Os primeiros bancos estatais começaram a ser privatizados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), estendendo-se até os dias de hoje, embora com menos intensidade. A Tabela 3 mostra os bancos estaduais e federais privatizados entre os anos de 1997 e 2004. Esses, além de serem poderosas instituições, desfrutavam de uma vasta rede de agências o que os tornavam atraentes para os bancos privados.

Por meio da Tabela 3 podemos observar que os bancos Itaú e Bradesco foram os bancos privados nacionais que mais participaram das privatizações de bancos públicos estaduais. Isso explica o fato desses bancos terem se tornado gigantescas instituições nacionais. Segundo Luz e Videira (2004) existe uma competição entre o Itaú e Bradesco pelo primeiro lugar no *ranking* dos maiores bancos nacionais e, também, consiste numa forma dos bancos nacionais não deixarem os rivais estrangeiros ganhar espaço no mercado nacional.

Tabela 3 - Bancos Estaduais e Federais privatizados no Brasil: 1997 à 2004

Instituição Privatizada	Estado	Data do Leilão	Comprador
BANERJ	RJ	26/06/97	Itaú
CREDIREAL	MG	07/08/97	Bradesco
BEMGE	MG	14/09/98	Itaú
BANDEPE	PE	17/11/98	ABN-AMRO*
BANEB	BA	22/06/99	Bradesco
BANESTADO	PR	17/10/00	Itaú
BANESPA	SP	20/11/00	Santander
PARAIBAN	PB	08/11/01	ABN-AMRO*
BEG	GO	04/12/01	Itaú
BEA	AM	24/01/02	Bradesco
BEM	MA	10/02/04	Bradesco
BEC	CE	01/01/05	Bradesco

Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados coletados no Banco Central e da FEBRABAN.

* Foi adquirido pelo HSBC

Alguns dos maiores bancos públicos estaduais que foram privatizados, principalmente aqueles das regiões Sul e Sudeste, áreas *cores* da economia nacional, se revelaram atraentes para os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros, em virtude de possuírem ampla rede de agências cobrindo quase a totalidade dos municípios de seus estados, além de possuírem grande parcela de correntistas.

Quanto aos outros bancos públicos estaduais que não foram privatizados, esses passaram por algum tipo de reestruturação (exceção do BRB). O Quadro 1 mostra a configuração dos bancos estaduais após os programas de reestruturação do setor, implementados pelo governo federal.

Quadro 1: Situação dos Bancos Estaduais após os programas de reestruturação do setor

Situação	Instituição	UF	Situação	Instituição	UF
Extintos ou em Liquidação	BANDERN	RN	Privatizados	BEG	GO
	PRODUBAN	AL		CREDIREAL	MG
	BANACRE	AC		PARAIBAN	PB
	BERON	RO		BEM	MA
	BANAP	AP		BEMGE	MG
	BANRORAIMA	RR		BANESTADO	PR
	BDRN	RN		BANDEP	PE
	BEMAT	MT		BANESPA	SP
	MINASCAIXA	MG		BANEB	BA
	CAIXEGO	GO		BEA	AM
	CEERS	RS		BANERJ	RJ
	DESENBANCO	BA		BEC	CE
	BANDES	ES			
	BDGOIÁS	GO			
	BADESC	SC			
	BANDECE	CE			
	CEESC	SC			
	BD-RIO	RJ			
	BADEP	PR			
	BDM	MA			
BADESP	SP				
BANDESUL	RS				
Bancos saneados funcionando	BEP*	PI	Agências de fomento criadas	AFRS	RS
	BESC*	SC		AFSC	SC
	BANRISUL	RS		AFPR	PR
	BANPARA	PA		AFRN	RN
	NOSSA CAIXA	SP		AFAP	AP
	BANESTES	ES		AFGO	GO
	BANESE	SE		AFAM	AM
	BDMG	MG		AFRR	RR
	BRB**	DF		AFAL	AL
				AFRJ	RJ
				AFMT	MT
				AFBA	BA
				AFRO	RO
				AFTO	TO

Fonte: Organizado pelo autor a partir do Banco Central e de Gutiérrez (2006)

*Passaram para o controle do Banco do Brasil

** Não passou por nenhum tipo de saneamento

Das instituições públicas que passaram por algum dos programas, temos: 8 saneadas e mantidas sob controle dos respectivos estados, sendo duas transferidas para o controle federal (BEP e o BESC), 12 foram privatizadas, 22 foram extintas ou estão em processo de liquidação e 14 agências de fomento foram criadas. Quanto aos federais, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) ainda persistem, mas essas instituições não estão imunes de uma possível privatização, pelo fato histórico de suas crises e políticas⁵.

Os bancos públicos que optaram por continuar funcionando tiveram que se submeter as novas regras do governo federal, como reestruturação administrativa, reorientação das políticas de crédito, reestruturação operacional do setor de crédito no que tange ao limite de operações entre os controladores e o controlado.

As agências de fomento, conforme Salvino Junior (2004), são limitadas a funcionarem apenas uma por estado, atuando principalmente no financiamento de projetos internos ao a qual pertencem, não podendo captar depósitos do público, nem operar contas bancárias. Elas apenas podem emprestar ou repassar recursos orçamentários de fundos de instituições nacionais ou internacionais.

No caso dos bancos públicos que foram privatizados coube ao Banco Central preparar e regulamentar as instituições a serem vendidas; muitas delas foram reestruturadas financeiramente para facilitar a transferência das mesmas a outros bancos. Segundo Biondi (2000,) o dinheiro usado pelo Banco Central para saneamento dessas instituições vinham dos próprios bancos, através do reajuste das tarifas que foram aumentadas de 100% à 500% antes das privatizações serem feitas.

Diante disso, a questão que fica é: se o governo tomou medidas para reestruturar essas instituições para depois vendê-las, por que não o fez para mantê-las funcionando? Quanto a criação das agências de fomento a questão que fica é se elas serão capazes de suprir a lacuna deixada pelos Bancos Estaduais privatizados quanto ao papel de indutor do desenvolvimento regional dos estados.

⁵ Embora não foram privatizados, internamente parecem caminhar para tal, com a criação de inúmeras taxas, programas de incentivos de demissões e aposentadorias voluntárias de funcionários, cumprimento de metas em vendas, entre outras modalidades aplicadas no setor privado.

Considerações Finais

Como vimos anteriormente, a escassez de crédito a longo prazo por parte do sistema financeiro privado e a falta de uma regulamentação do setor foram fundamentais para a criação dos bancos estaduais, que tenderiam a atuar de forma seletiva em certos segmentos da economia local de seus respectivos estados.

A importância dos bancos públicos também foi fundamental no desenvolvimento do território, pois enquanto as instituições privadas se concentravam nas regiões mais rentáveis do ponto de vista do capital; as estaduais eram implantadas em diferentes lugares, desempenhando assim, importante papel na integração das regiões através de uma extensa rede de agências, atuando em diferentes áreas onde o sistema financeiro privado não tinha interesse.

Outra relevância é que, os bancos estaduais e federais sempre atuaram junto à política de seus Estados subordinados, nos mais variados projetos socioeconômicos. No caso dos privados, o banco não tem obrigação quanto ao desenvolvimento econômico, interessando-lhes apenas lucrar com os serviços oferecidos.

Quanto aos processos de fusões, incorporações e privatizações nem sempre se deram de forma clara. Como vimos, muitos dos problemas que culminaram no processo de privatização dos bancos públicos foram as práticas administrativas inadequadas e corruptivas, mas também das pressões externas e internas pela quais o Brasil estava passando. No caso das externas, a política neoliberal ilustra bem esse fato, pois esse processo incentivava e, ainda incentiva cada vez mais, a redução da presença do Estado em alguns segmentos públicos como forma de destravar e impulsionar a economia. No caso interno, as pressões vinham e ainda vêm ocorrendo dos próprios grupos financeiros nacionais que, na tentativa de não perder terreno para os grupos estrangeiros, pressionam o governo para privatizar os bancos públicos que ainda restam no mercado financeiro como forma de fortalecimento frente aos estrangeiros.

Esse fortalecimento pode ser visto no que tange ao gigantismo de alguns bancos nacionais privados como Bradesco, Itaú e Unibanco. O gigantismo dessas instituições não tem permitido um domínio total do Sistema Financeiro Nacional por parte dos estrangeiros. Mas resta saber até quando essa hegemonia dos bancos nacionais vai durar, pois alguns dos maiores bancos internacionais como Santander e HSBC, vêm crescendo no território nacional a cada ano através dos processos aquisitivos.

O crescimento desses bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional

ilustra bem o processo da globalização financeira pela qual o Brasil vem passando desde a década de 1990. Ao mesmo tempo em que esse processo favorece setores da economia, cria um eminente risco no mercado financeiro dominado por bancos estrangeiros. No caso de uma crise global, a economia fica mais vulnerável aos choques externos como aconteceu na década passada no México, Ásia, Rússia e Brasil.

Resta saber agora até quando os bancos estaduais que ainda continuam funcionando vão sobreviver, pois até mesmo os dois maiores federais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, não escapam de uma possível privatização. Outro ponto que nos instiga é se a disseminação das microfinanceiras é resultado da saída dos bancos públicos do mercado financeiro, o que merece pesquisas futuras.

Diante disso, acreditamos que a atual configuração do Sistema Financeiro Nacional em que pequeno grupo de bancos privados nacionais e internacionais controlam grande parte do mercado financeiro é resultado das inúmeras mudanças de ordens política, econômica e tecnológica que se dão em escala mundial e que, corroboram para o acúmulo de capital dos grandes grupos econômicos.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Anual do Banco Central. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 25/02/2008.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado:** um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BOITO JUNIOR, A . **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Xamã. 1999.

CORRÊA, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia.** v.51, n.2. Abr/jun. 1989.

COSTA NETO, Y. C. Bancos Oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento. In: **Banco Central do Brasil.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf>

Acesso em: 25/02/2008.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS - FEBRABAN. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 25/02/2008.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. O nó econômico. In: **Os porquês da desordem mundial** – mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.137.

GUTIÉRREZ, C.T.G. **A reestruturação dos bancos Estaduais pós-proes: análise do caso Banrisul**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/novosite/arquivos/tese/2006-claudio_tito.pdf>. Acesso em: 25/02/2008.

LUZ, I. da; VIDEIRA, S. L. Impactos da globalização financeira no território paranaense. In: **Anais da XIII Semana de Geografia**. Paraná, 150 anos: Natureza e Formação Sócio-Espacial. Guarapuava, 2004.

SALVINO JUNIOR, C. Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES. In: **Banco Central do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf>. Acesso em: 25/02/2008.

SILVA, C. A. F. Concentração da concentração bancária. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia Vol.14. n°01, Jan/Dez, 1994, p.1-21.

VIDEIRA, Sandra L. **A Territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil: o caso da rede do Santander**. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciência e Tecnologia. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, 2006.